

Acidentes de Trabalho

7 de março de 2025

Lisboa: CEJ, Sala Luís Ribeiro – Presencial de manhã e de tarde

Porto: À distância de manhã

14 de março de 2025

Porto: Presencial de manhã

Biblioteca do Conselho Regional da Ordem dos Advogados - Palácio da Justiça – Campo Mártires da Pátria

Ação de Formação Contínua Tipo B+

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público.

Objetivos: Proporcionar uma reflexão atualizada sobre algumas questões que se têm suscitado a propósito de um dos pilares em que assenta o sistema português de reparação das consequências dos acidentes de trabalho – o **seguro de acidentes de trabalho** –, bem como sobre as **repercussões** do **AUJ do STJ n.º 16/2024, de 17/12**, na reformulação dos valores das pensões, visando a resolução de questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.

7 de março

Manhã

09h40 Abertura

09h50 Apresentação da metodologia e dos oradores

10h00 Controvérsias em torno do seguro de acidentes de trabalho – enquadramento jurídico e tratamento jurisprudencial

Ana Cristina Costa, Professora Auxiliar da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

11h00 Pausa

11h15 Repercussão da jurisprudência do AUJ n.º 16/2024 do STJ na prática judiciária – estratégias e âmbito de aplicação do fator de bonificação 1,5 em razão da idade em processos de acidente de trabalho

11h15 Na perspetiva do Ministério Público – estratégias de atuação no patrocínio e na promoção

Lígia Bartolomeu, Procuradora da República junto do Juízo do Trabalho de Coimbra

11h45 Na perspetiva do Juiz – âmbito de intervenção e deveres de gestão processual

Carmencita Quadrado, Juíza de Direito do Juízo do Trabalho de Coimbra

12h15 Debate

Moderação: **Paula Serra**, Procuradora da República e docente do CEJ

Acidentes de Trabalho

7 de março de 2025

Lisboa: CEJ, Sala Luís Ribeiro – Presencial de manhã e de tarde

Porto: À distância de manhã

14 de março de 2025

Porto: Presencial de manhã

Biblioteca do Conselho Regional da Ordem dos Advogados - Palácio da Justiça – Campo Mártires da Pátria

Ação de Formação Contínua Tipo B+

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público.

Objetivos: Proporcionar uma reflexão atualizada sobre algumas questões que se têm suscitado a propósito de um dos pilares em que assenta o sistema português de reparação das consequências dos acidentes de trabalho – o **seguro de acidentes de trabalho** –, bem como sobre as **repercussões** do **AUJ do STJ n.º 16/2024, de 17/12**, na reformulação dos valores das pensões, visando a resolução de questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.

7 de março

Tarde

14h15 Início dos trabalhos - formação dos grupos e atribuição dos casos práticos

16h30 Apresentação sumária e oral das conclusões (possibilidade de o relator de cada grupo enviar as conclusões escritas, as quais serão partilhadas entre todos os participantes)

Dinamização:

Ana Luísa Zêzere, Procuradora da República e Docente do CEJ

Célia Santos, Juíza de Direito e Docente do CEJ

Marco Brites, Juiz de Direito e Docente do CEJ

Paula Serra, Procuradora da República e Docente do CEJ

Acidentes de Trabalho

7 de março de 2025

Lisboa: CEJ, Sala Luís Ribeiro – Presencial de manhã e de tarde

Porto: À distância de manhã

14 de março de 2025

Porto: Presencial de manhã

Biblioteca do Conselho Regional da Ordem dos Advogados - Palácio da Justiça – Campo Mártires da Pátria

Ação de Formação Contínua Tipo B+

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público.

Objetivos: Proporcionar uma reflexão atualizada sobre algumas questões que se têm suscitado a propósito de um dos pilares em que assenta o sistema português de reparação das consequências dos acidentes de trabalho – o **seguro de acidentes de trabalho** –, bem como sobre as **repercussões** do **AUJ do STJ n.º 16/2024, de 17/12**, na reformulação dos valores das pensões, visando a resolução de questões práticas surgidas neste contexto, no exercício de funções na jurisdição do trabalho.

14 de março

Manhã

9h45 Início dos trabalhos: formação dos grupos e atribuição dos casos práticos.

12h00 Apresentação sumária e oral das conclusões (possibilidade de o relator de cada grupo enviar as conclusões escritas, as quais serão partilhadas entre todos os participantes).

Dinamização:

Ana Luísa Zêzere, Procuradora da República e Docente do CEJ

Célia Santos, Juíza de Direito e Docente do CEJ